

ENFOQUES DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Marta Coelho Castro Troquez (UFGD/ UFMS¹)

RESUMO: Este trabalho apresenta resultados de uma pesquisa bibliográfica sobre educação escolar indígena, do tipo Estado da Arte, feita em três periódicos qualificados, no período que corresponde aos anos 1999-2008. A pesquisa objetivou detectar principais: objetos, temas e/ou temáticas, métodos, tipos de pesquisa e/ou procedimentos; referencial teórico e resultados e/ou conclusões, no sentido de analisar como o tema vem sendo tratado pela academia e de propiciar um debate sobre a questão. Para tal, foram selecionados 25 artigos os quais representam 5,78% do número total de artigos (553) publicados nos periódicos no período estudado. Foi possível evidenciar: pontos de vistas, propostas e experiências de escolarização indígena diferenciadas; mas também, dificuldades e insatisfações em relação à implantação da escola diferenciada para indígenas; e, ainda, uma lacuna em relação a estudos curriculares específicos para/em escolas indígenas.

Palavras-chave: Educação escolar indígena; escola diferenciada; currículo

1. INTRODUÇÃO: EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO BRASIL

Estudos sobre o processo histórico de educação escolar indígena (EEI) têm evidenciado que, desde os primórdios do processo de colonização europeia até final dos anos 1980, a educação escolar foi pautada pela idéia de integração e homogeneização cultural através da ação indigenista do Estado de “pacificar” e “civilizar” os índios. Uma nova orientação voltada ao respeito à diferença e à especificidade foi instaurada sobretudo a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988.

A partir da Constituição/88, outros documentos legais² foram criados no sentido de garantir aos indígenas uma educação escolar específica e diferenciada.

Cabe ressaltar que, de acordo com as diferentes realidades no país, surgiram tentativas diversas de construção de um novo modelo de escola diferenciada para os indígenas contando com entendimentos, muitas vezes, díspares em torno do que seria este novo modelo de escola. Estas escolas seguiram diferentes modelos e concepções de acordo com as especificidades étnicas, políticas e socioculturais das comunidades

¹ Técnica em Assuntos Educacionais (UFGD). Doutoranda em Educação (UFMS). E-mail: martatroquez@ufgd.edu.br

² BRASIL: Parecer nº. 14/1999; Resolução nº. 03/1999; Diretrizes para a política nacional de Educação Escolar Indígena, 1993; Lei de Diretrizes e Bases nº. 9.394/96, 1996; Plano Nacional de Educação. Lei nº 10.1721, 2001; Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, 1998; Referenciais para Formação de Professores Indígenas, 2002.

atendidas, bem como, de acordo com a formação dos profissionais envolvidos. Devem ser consideradas, também, as atuações das diferentes agências exteriores públicas ou particulares (políticas, religiosas, dentre outras) nas áreas atendidas pela EEI (FRANCHETTO, 2002, p.98).

As produções da área evidenciam que a construção de uma escola diferenciada para indígenas faz parte de um processo histórico em andamento e, portanto, inacabado. De acordo com Nascimento: “Assim como não existe o índio genérico, abstrato e estático, também não existe um conceito de diferença preestabelecido para as escolas indígenas do Brasil” (NASCIMENTO, 2000, p. 10).

Em meio a este processo de “virada” da EEI no Brasil, muitos estudiosos (educadores, lingüistas, historiadores, antropólogos e sociólogos) têm intensificado as produções a respeito da temática. Dentre os principais enfoques e temáticas, podemos destacar trabalhos sobre: história da EEI no Brasil, formação de professores índios, movimentos de professores índios, educação bilíngüe, produção de material didático para as escolas indígenas (SILVA & GRUPIONI, 1995; SILVA & FERREIRA, 2001; VEIGA & SALANOVA, 2001; GRUPIONI, 2006; dentre outros).

A seguir procuraremos fazer uma análise das publicações sobre a temática em três conceituados periódicos brasileiros.

2. EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NOS PERIÓDICOS

2.1 Metodologia do trabalho

O primeiro passo foi o estabelecimento de critérios para a seleção dos artigos, seguido pela seleção dos periódicos e dos artigos e, por último, análise dos artigos.

2.1.1 Critérios de seleção

- **Temática:** foram selecionados textos cujas temáticas estivessem estritamente relacionadas à EEI, especificamente, a processos de escolarização formal dos índios no Brasil. Textos que discutem a educação indígena tradicional (geracional/familiar) ou outros processos de educação sem fazer relações substanciais com processos de escolarização formal ficaram fora da análise, também não foram selecionados textos que objetivavam discutir políticas e ações afirmativas, representações sobre os índios, educação e diversidade, multiculturalismo, processos de catequese.

- **Nível de ensino:** foram selecionados artigos que discutem a educação básica (da educação infantil ao ensino médio) para indígenas ou artigos relacionados ao processo de escolarização indígena em geral, como os artigos que discutem a formação de professores índios para este nível de escolarização. Textos que discutem processos de adaptação, interação e/ou práticas interculturais, dentre outros, relacionados estritamente ao ensino superior indígena ou à presença de índios na universidade (mesmo que se trate de cursos de formação de professores) também foram “desconsiderados”.

- **Período:** foi estabelecido o período correspondente aos últimos dez anos, ou seja: 1999 a 2008.

2.1.2 Seleção

Optamos por dois periódicos da área da Educação (Revista Brasileira de Educação – RBE – da ANPED e Cadernos Cedes) e um da Antropologia (Revista Tellus) que publica especificamente artigos sobre a questão indígena, dentre eles há uma boa produção voltada à Educação.

Primeiramente foi realizada uma busca por palavras-chave no site dos periódicos, pois todos possuem sites específicos. A Revista Brasileira de Educação (<http://www.anped.org.br/rbe>) e os Cadernos Cedes (<http://www.cedes.unicamp.br>) encontram-se no SCIELO (<http://www.scielo.br>) e a Revista Tellus somente em site específico (<ftp://neppi.ucdb.br/pub/tellus>). Foram usadas palavras como: índio, indígena, educação indígena, educação diferenciada, escola indígena, dentre outras.

Em outro momento, foi feita uma leitura atenta de todos os sumários das revistas no período selecionado. Foram abertos e lidos os resumos dos artigos cujos títulos sugeriam proximidade com a temática. Em caso de dúvidas, foram lidos os artigos completos.

Ao todo foram selecionados 25 artigos que correspondem a 5,78% de um total de 553 produzidos no período.

O quadro a seguir pode ilustrar o volume e/ou quantidade das publicações por revista.

Revista	Artigos no período* (1999-2008)	Artigos selecionados	Percentual (em relação às publicações do período por revista)

RBE (1995)	282	07	2,48%
Cad. Cedes (1980)	176	07	3,97%
Rev. Tellus	95	11	11,57%

*Foram relacionados todos os artigos disponíveis *on line*.

Os dados nos mostram que a RBE, um veículo importante de divulgação dos trabalhos na área da Educação, possui o menor percentual de artigos sobre a temática em relação ao seu total de artigos publicados no período; Cadernos Cedes, outro importante veículo de divulgação de trabalhos na área da Educação fica em segundo lugar; o maior volume de trabalhos e o maior percentual são da Revista Tellus³, a qual iniciou suas publicações no ano de 2001 (número 01). Isto se deve, em parte, a sua “missão” de publicar apenas artigos sobre a temática indígena.

Os artigos selecionados foram impressos para leitura e análise. Para facilitar a análise elaboramos uma ficha a ser preenchida com dados sobre: autores, objetos, idéias principais, métodos, tipos de pesquisa, procedimentos, referencial teórico e resultados e/ou conclusões.

2.2 Análise dos artigos

2.2.1 Métodos e autores

Com exceção de um, os trabalhos não explicitam claramente o método utilizado.

Percebemos que há um grupo de estudiosos (educadores, antropólogos, lingüistas) da questão da EEI cuja referência é muito recorrente: Batolomeu Meliá; Luís D. Grupioni; Aracy L. da Silva⁴; Mariana K. L. Ferreira; Nietta Monte; Rosa Helena Dias da Silva; dentre outros.

Verificamos uma forte tendência de diálogo com a antropologia. Entre os autores mais citados estão: Frederik Barth; Manuela C. da Cunha, Bartomeu Meliá; Roberto C. de Oliveira; João P. de Oliveira; Eunice Durham; Eduardo Viveiros de

³ Observa-se que inicialmente foram selecionados 18 artigos deste periódico onde as produções são mais abundantes. Porém para facilitar a análise e atender à especificidade da temática refinamos a seleção e excluímos artigos que, embora estejam relacionados à temática da EEI, enfatizam: ensino técnico e sustentabilidade; revitalização de línguas indígenas; educação e sustentabilidade; educação e interculturalidade; educação e desenvolvimento, dentre outros.

⁴ Estes três primeiros são os autores mais citados.

Castro; Florestan Fernandes; Frederik Barth; Lévi-Strauss, dentre outros. É recorrente a alusão a autores que estudam grupos étnicos específicos.

O diálogo com a antropologia deve-se ao fato de que os entendimentos relacionados à educação diferenciada para indígenas, na sua maioria, defendem a centralidade das culturas indígenas (línguas, processos próprios de aprendizagem, rituais) na condução dos processos escolares. Daí a necessidade de conhecimento das culturas envolvidas e de “ferramentas” da antropologia para construção e/ou aprofundamento⁵ destes conhecimentos. É recorrente a ênfase na importância/relevância da utilização de processos endógenos de educação indígena e das línguas indígenas na educação escolar, sendo, neste sentido, Bartomeu Meliá⁶ (1979) é uma referência muito usada (52% dos artigos).

Também, identificamos trabalhos que focalizam suas análises nos estudos culturais ditos pós-modernos. Estão entre os autores citados: Néstor G. Canclini; Stuart Hall; Deleuze, G.; Foucault; Maffesoli, M.

O uso de autores (ditos) pós-modernos está relacionado ao movimento de defesa dos grupos étnicos diante dos processos de globalização. Discute-se a prática da interculturalidade pautada no direito à diferença e à manutenção das identidades em contextos multi ou pluriculturais. Neste entendimento, a escola é vista como espaço privilegiado de educação para o fortalecimento étnico, valorização das práticas culturais dos grupos específicos e para a prática da interculturalidade, caracterizada por uma relação de diálogo/aprendizagens/trocas entre culturas e respeito mútuo. Como conceituado por Dalmolin,

As escolas indígenas não se atêm à simples convivência entre culturas diferenciadas, ao contrário, caracterizam-se pela intenção em promover a relação entre culturas diferentes. Esta intencionalidade, por sua vez, caracteriza a perspectiva identificada como intercultural” (2003, p. 17).

2.2.2 Tipos de pesquisa

De modo geral os artigos se constituem em uma “colcha de retalhos” composta por: dados históricos do processo de EEI no Brasil; história da EEI para grupos étnicos específicos; dados históricos e etnográficos dos grupos étnicos em

⁵ No Brasil há mais de 225 grupos étnicos distintos que falam mais de 180 línguas diferentes e que possuem diferentes culturas, histórias e saberes próprios. Sobre alguns destes povos (Guarani, Terena, dentre outros) já há muitas pesquisas relacionadas a aspectos etnográficos em geral.

⁶ Grosso modo, este autor defende o uso das pedagogias indígenas na construção e efetivação da escola diferenciada.

questão; dados relativos ao modelo de escola pretendido e a realidade observada; reflexão teórica fortemente embasada na antropologia e estudos culturais; ainda, discussão de textos legais (Diretrizes para a Política Nacional de EEI, PNE, Referencial Curricular Nacional para as escolas Indígenas, dentre outros). Entretanto, foi possível fazer uma classificação dos tipos de pesquisa tomando-se por base os objetivos dos estudos, os objetos e a tipologia dos textos, como segue:

Nº	Tipos de pesquisa	Quantidade	Percentual
1	Estudo de caso	12	48%
2	Histórica	05	20%
3	Reflexão teórica	03	12%
Total		25	100%

Grande parte dos trabalhos se constitui em **estudos de casos** (48%) relacionados ao processo de escolarização para grupos indígenas específicos, como: Paresi; Baniwa; Guarani; Xavante; Xacriabá; Kaingang. Tais estudos, na maioria, fazem um histórico do grupo pesquisado, apontando suas relações com a sociedade nacional, especialmente, no que se refere aos processos de escolarização e apresentam aspectos socioculturais específicos. Os dados apresentados são resultado de estudos antropológicos sobre os grupos aliados a análises etnográficas (anotações de campo: relatos, observações).

As **pesquisas históricas** (05), que representam 20% do total, referem-se ao processo histórico de educação para os indígenas seja no contexto nacional (03) ou local (01) e ao processo de reivindicação da escola diferenciada para indígenas articulado em torno do movimento de professores índios (02).

As pesquisas denominadas **reflexão teórica** (03), que representam 12%, referem-se a estudos que discutem a implementação de processos de EEI no plano teórico, legal e prático.

2.2.3 Enfoque temático

Optou-se por não classificar os artigos em torno de objetos de pesquisa, pois na maioria das produções, os objetos são de difícil identificação, os estudos giram em torno de alguns eixos e/ou temáticas principais: políticas para EEI; projetos e/ou programas

de/para EEI; processo de escolarização; formação de professores índios; língua na escola; educação indígena; material didático; movimentos indígenas (de professores). De acordo com a ênfase dada aos “eixos”, classificamos os artigos em torno de enfoques temáticos, conforme quadro abaixo:

Nº	Enfoque Temático	Quantidade	Percentual
1	“Apropriação” da escola pelos índios na perspectiva de uma educação indígena na escola	6	24%
2	Implementação da educação diferenciada para indígenas (perspectivas políticas e operacionais)	4	16%
3	Formação específica de professores índios como condição para a escola diferenciada	4	16%
4	Questão da língua na escola indígena	3	12%
5	Movimento de professores na construção da escola diferenciada	2	8%
6	Entendimentos sobre a escola/sentidos da escola	2	8%
7	EEI enquanto prática intercultural	2	8%
8	História da EEI (nacional e/ou local)	2	8%
Total		25	100%

2.2.3.1 “Apropriação” da escola pelos índios na perspectiva de uma educação indígena na escola. Este enfoque deve-se a artigos que centraram a análise nos processos práticos de escolarização indígena, tendo como foco de análise ora os processos de educação tradicional indígena e suas aplicações e/ou repercussões na escola ora os usos que os índios fazem da instituição escolar e dos materiais escolares. A maioria destes estudos (4) é resultado de observações realizadas nas escolas e/ou de análises feitas a partir de relatos de professores índios, os quais dizem respeito a maneiras indígenas de conduzir os processos escolares, produção de material didático por professores índios, projetos e programas escolares. É recorrente a idéia de que, mesmo que haja necessidade de ensinar conteúdos não indígenas enquanto ferramentas de sobrevivência no mundo não índio, a educação deve se pautar pelo modo de ser índio, específico de cada etnia. Conforme Camargo,

[...] não basta ter reconhecida e garantida a diferença, se os próprios índios não construírem, na escola, um referencial etnocultural com o qual possam identificar-se e garantir a permanência de bens materiais e de capital cultural, considerados imprescindíveis para uma relação de igualdade e liberdade (2003, p. 360).

Ainda, para citar outro exemplo,

Se há um esforço para transmitir conhecimentos e uma real transmissão de saberes e valores das sociedades não índias através de um currículo escolar que referenda os saberes da cultura ocidental, há também a força dos saberes e tradições indígenas. Os conhecimentos são apropriados de acordo com a cosmovisão do grupo, interpretados através de um pensamento mitológico, que assimila e faz circular um conhecimento integrado aos valores culturais da comunidade (BERGAMASCHI, 2004, p. 117).

Outros dois trabalhos são fruto de reflexão teórica. Um discute a ação pedagógica indígena na construção da alteridade: “A educação desenvolvida pelos povos indígenas lhes permite que continuem sendo eles mesmos e mantenham a transmissão de suas culturas por gerações” (MELIÁ, 1999, p.11). Para o autor deste artigo a ação pedagógica tradicional indígena pode contribuir não só para processos de educação escolar indígena como para toda a sociedade nacional. “Assim, não há um problema de educação indígena, há sim uma solução indígena para o problema da educação”, pois “a alteridade indígena como fruto da ação pedagógica não só manterá sua diferença, mas também poderá contribuir para que haja um mundo mais humano de pessoas livres na sua alteridade” (idem, p. 16).

2.2.3.2 Implementação da educação diferenciada para indígenas (perspectivas políticas e operacionais). Este enfoque refere-se aos artigos que centraram a análise, sobretudo, nos aspectos legais, políticos e práticos do processo de implementação e/ou efetivação da escola diferenciada para indígenas. Os artigos enfatizam a complexidade, as dificuldades e o desafio da efetivação da escola reivindicada pelos e para os índios. Neste sentido, D'Angelis reflete sobre as dificuldades e/ou impossibilidades de construção de uma escola realmente indígena, referindo-se às experiências de educação diferenciada para índios em curso, pontua

[...] em nenhum caso pode-se afirmar com segurança que já se construiu uma “escola indígena”. O que temos conseguido são escolas mais, ou menos, indianizadas (por vezes, mais indigenizadas do que indianizadas). Na esmagadora maioria dos casos são tentativas de “tradução” da escola para contexto indígena” (1999, p. 22).

Para Monte,

[...] os projetos e programas de educação para os povos indígenas, desenvolvidos como parte das reformas políticas e educacionais nas duas últimas décadas, tiveram em comum as condições históricas complexas de parcerias interinstitucionais e o difícil diálogo dos cenários interculturais (2000, p. 132).

2.2.3.3 Formação específica de professores índios como condição para a escola diferenciada. Os artigos focalizam o processo de formação de professores relacionado, especialmente, ao perfil de professor pretendido para atuar na escola diferenciada para indígenas. As idéias principais advêm das concepções dos próprios professores índios identificadas pelos pesquisadores. Assim, além de aspectos inerentes à formação almejada, são evidenciadas as concepções dos professores sobre os modelos de escola pretendidos. O artigo de Nascimento e o de Ferreira evidenciam bem este enfoque:

1) o conceito de escola indígena, em que o currículo passa a ser visto como hipótese, cuja identidade está na natureza e história de cada comunidade; 2) o surgimento, como necessidade epistemológica, da figura do professor índio como produtor e/ ou organizador de conhecimentos: conhecimento tradicional elaborado e *vivido* pelo *seu* povo que deve buscar a síntese por meio do diálogo com outras culturas e outros saberes (NASCIMENTO, 2003, p. 11)

[...] com a escola que se estabeleceu a mediação dos saberes tradicionais com os acadêmicos. [...] A intensificação da discussão sobre a escola recai sobre a formação do professor que assumirá a interação "entre os dois mundos" (FERREIRA, 2006, p. 97).

A centralidade do papel do professor índio na construção e efetivação da escola diferenciada é recorrente na maioria das produções. A temática da formação de professores índios encontra-se nos textos intimamente ligada ao “modelo” de escola pretendido, pois a este deverá corresponder um tipo de professor.

2.2.3.4 Questão da língua na escola indígena. São três os artigos caracterizados por este enfoque, dos quais dois discutem a questão da importância do uso da língua materna indígena (seja oral ou escrita) enquanto instrumento de preservação, valorização e auto-afirmação étnica e um discute a importância da Língua Portuguesa relacionada à função da escola para um grupo étnico específico enquanto “instrumento de inserção e pertencimento à cultura ocidentalizada”. Com o ensino da Língua Portuguesa, a escola irá “preparar a criança Paresi para circular no mundo ocidentalizado” (PAES, 2002).

2.2.3.5 Movimento de professores na construção da escola diferenciada.

Estes artigos enfatizam, entre outros aspectos, a importância dos movimentos indígenas, sobretudo o de professores, nas conquistas legais e na luta pela efetivação da escola diferenciada. Evidenciam que os movimentos indígenas surgidos a partir da luta pela vida e sobrevivência tendo como principal característica a luta pela terra, passam a reivindicar também a transformação da “educação escolar para índio” em “educação escolar do índio”. Neste processo, os professores índios recebem especial destaque.

2.2.3.6 Entendimentos sobre a escola/sentidos da escola.

Embora os entendimentos ou as concepções de escola diferenciada para índios possam ser identificados em praticamente todos os textos analisados, estes especialmente centram as análises neste enfoque. Os autores procuram explicitar o que pensam ou dizem os professores índios sobre a escola. Fica evidente que a escola pretendida (para as etnias pesquisadas) é aquela que deve instrumentalizar os índios para viver no atual contexto histórico em constante interação com a sociedade não índia.

2.2.3.7 EEI enquanto prática intercultural.

As discussões propostas nestes artigos relacionam-se a interações e/ou diálogos realizados no campo das práticas culturais em contextos ditos “pluri” ou “multi” culturais. Para a autora de um dos artigos,

[...] a interculturalidade não está num modelo que prioriza ora os conhecimentos acumulados pela sociedade ocidental, ora os conhecimentos produzidos pelas sociedades indígenas, mas na garantia de a escola poder ser um espaço que reflita a vida dos povos indígenas hoje, com as contradições presentes nas relações entre as diferentes sociedades (PAULA, 1999, p. 88).

2.2.3.8 História da EEI (nacional e/ou local).

Dois artigos evidenciam este enfoque. Um trata especificamente da história da EEI no Brasil através da apresentação e discussão de algumas fontes documentais. Outro, trata do processo de escolarização vivenciado por um grupo étnico específico. Há que se considerar que é uma constante nos trabalhos sobre EEI o relato histórico do processo de escolarização para índios, incluindo as lutas e conquistas dos índios e as histórias particulares dos grupos estudados.

2.2.4 Outros aspectos observados

A recorrência de autores (dos artigos) envolvidos profissionalmente com a questão da EEI, seja como formadores, consultores ou assessores em processos de escolarização indígena é digna de nota.

No que diz respeito ao aspecto lingüístico e/ou formal dos textos, houve muita dificuldade em pontuar os objetos e objetivos. A maioria dos textos assemelha-se a uma complexa teia construída, ora por aspectos da história das escolas estudadas e/ou da história da EEI; ora por aspectos ligados à função da escola; ora pelas características da escola indígena; ora pela formação dos professores índios; dentre outros temas recorrentes.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A idéia de uma educação escolar voltada para a valorização e manutenção da cultura relacionada à sustentabilidade e conquista da autonomia dos povos indígenas é muito recorrente nos artigos. Meio na contramão da maioria dos estudos, destacam-se:

- Paes (2002) que discute a valorização da Língua Portuguesa na escola Paresi enquanto “ferramenta e instrumento de poder, que visa marcar o lugar do Paresi na sociedade envolvente”. A valorização dada à Língua Portuguesa na escola Paresi está relacionada à função da escola para este grupo enquanto “instrumento de inserção e pertencimento à cultura ocidentalizada”. A escola irá “preparar a criança Paresi para circular no mundo ocidentalizado”. Observa-se que a autora faz breves relatos de como a escola se organiza em torno da Língua Portuguesa, mas não faz nenhuma análise do currículo em ação na escola Paresi.

- D'Angelis (1999), que defende um currículo utilitário, voltado para fora da aldeia. Segundo o qual:

[...] a educação escolar indígena faria muito (e melhor) se fosse capaz de apenas duas coisas: um bom ensino de matemática e a formação efetiva de leitores.

[...] o resultado dessa prática – de transformar a cultura indígena em conteúdo de programa ou currículo escolar – não será uma *escola indígena*, mas uma *cultura indígena ocidentalizada*, deformada pela usurpação de espaços próprios da educação indígena.

[...] uma boa escola que ensine só e simplesmente a ler (e não silabar), a escrever e bem contar é a melhor forma de contribuir efetivamente para a autonomia das comunidades indígenas. [...] o conteúdo das disciplinas [...] não deve tomar espaços que pertencem às formas próprias da cultura

indígena, “escolarizando” conteúdos que não dizem respeito à escola (p. 18, 20, 22).

Observamos que os pontos de vistas, as propostas e as experiências de escolarização indígena não são homogêneos.

Embora praticamente todos os estudos apontem (explícita ou implicitamente) a questão da construção de currículos diferenciados, a questão curricular é tratada de forma tangenciada, há um caráter de prescrição nos textos.

De modo geral, é postulado que os currículos devam ser diferenciados da educação nacional, especialmente no que se refere ao ensino nas e/ou das línguas maternas indígenas, à valorização da cultura indígena e à utilização de processos próprios de aprendizagem, especialmente como discutido por Meliá (1979). As idéias deste autor em torno da utilização das pedagogias indígenas nos processos de educação escolar, enquanto uma educação escolar “do” índio e não “para” o índio têm tido muito acolhimento entre os estudiosos da temática.

Na sua grande maioria os estudos de casos são centrados em dados etnográficos/antropológicos ou em análises de discursos, sobretudo de professores índios, sobre processos de EEI de um modo geral.

São feitas algumas tentativas de análise do cotidiano das escolas focalizando as práticas escolares e materiais desenvolvidos pelos professores índios para suas escolas, mas não identificamos análises sistemáticas das práticas embasadas em referencial específico⁷ na perspectiva dos estudos desenvolvidos no designado “campo do currículo”, como explicitado por MOREIRA (2000; 2002) e Lopes e Macedo (2007).

Os estudos do campo do currículo são identificados por temáticas relacionadas centralmente com a seleção, organização e distribuição dos conteúdos de ensino, entendendo-se tais conteúdos não apenas como conceitos, mas como saberes, práticas, habilidades, visões de mundo e valores produzidos na cultura escolar. No que concerne à constituição do conhecimento escolar, a seleção e a organização dos conteúdos de ensino tendem a ser priorizadas, ainda que não desconsiderando as marcas trazidas pela distribuição desigual de saberes na sociedade, em função de diferentes marcadores culturais (classe social, gênero, etnia, raça, sexualidade). Currículo envolve opções, em dado contexto histórico, por conteúdos selecionados de uma cultura social mais ampla, porém igualmente envolve a organização desses conteúdos para fins de ensino. A seleção de conteúdos e a organização curricular, além de implicadas em relações

⁷ Identificamos apenas dois trabalhos que fazem referência a autores comumente identificados como pertencentes ao campo do currículo, como : Vera Maria Candau e Antonio Flávio Moreira.

de poder e processos políticos e econômicos, são compreendidas como eminentemente produtivas de cultura: a cultura escolar. Os processos de seleção e de organização não apenas transferem conteúdos de uma esfera cultural mais ampla para a escola por mecanismos de didatização. Tais processos implicam produções de saberes, práticas, visões de mundo, habilidades e valores que constituem a cultura escolar. (LOPES; MACEDO; *et all*, 2007, p. 35).

Lopes e Macedo (2007), em estado do conhecimento sobre currículo da educação básica no Brasil, identificaram uma predominância de “trabalhos prescritivos sobre a prática” e reclamaram da lacuna nas pesquisas sobre

[...] os currículos vividos nas escolas, suas relações com propostas e com o pensamento curricular, e que busquem entender as seleções de conteúdos realizadas e os arranjos curriculares empreendidos, salientando seus condicionantes sociais e culturais (p. 37).

No sentido de contribuir para a diminuição desta lacuna, estamos com o projeto de tese em andamento “Práticas curriculares na construção de uma escola diferenciada para indígenas” (2008-2011). Neste trabalho pretendemos analisar o currículo prescrito para a escola indígena expresso nos documentos legais/oficiais fazendo comparação com o currículo posto em ação em uma escola indígena específica, a saber, a Escola Municipal Tengatui Marangatu, situada na Reserva Indígena de Dourados, MS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGAMASCHI, M. A . Por que querem e porque não querem escola os Guarani?. *Tellus* (UCDB), Campo Grande, MS, n.7, 2004, p. 107-120.

CAMARGO, Dulce Maria Pompêo de e ALBUQUERQUE, Judite Gonçalves de. Projeto pedagógico Xavante: tensões e rupturas na intensidade da construção curricular. *Cadernos CEDES* , *Campinas*: UNICAMP, v. 23, n. 61, 2003, p. 338-366.

CUNHA, Manuela Carneiro da . *Antropologia do Brasil*: mito, história, etnicidade. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Contra a ditadura da escola. *Cadernos CEDES* , *Campinas*: UNICAMP, v. 19, n. 49, 1999, p. 18-25.

DALMOLIN, Gilberto Francisco. Colonialismo, política educacional e a escola para povos indígenas. *Revista Tellus*, Campo Grande: UCDB, ano 3, n.4, 2003, p.12-24.

FERREIRA, Mariana K. Leal. A educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil. In: SILVA, A. L. & FERREIRA, M. K. L. F. (orgs.). *Antropologia, História e Educação: a questão indígena na escola*. São Paulo: Global, 2001, p. 71- 111.

FERREIRA, Suelise Lima. A formação para a construção de um projeto de futuro dos Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul. *Revista Tellus*, Campo Grande: UCDB, ano 6, n. 10, 2006, p.95-101.

FRANCHETTO, Bruna. Sobre discursos e práticas na Educação Escolar Indígena. In: LIMA, Antônio Carlos de Souza; BARROSO-HOFFMANN, Maria (org). *Estado e povos indígenas: bases para uma nova política indigenista II*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / LACED, 2002, p. 95-99.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org). Formação de professores indígenas: repensando trajetórias. Brasília: MEC/UNESCO, 2006.

LOPES, Alice Casimiro ; MACEDO, Elizabeth Fernandes de; PAIVA, Edil ; BARBOSA, I. ; DIAS, Rosanne Evangelista ; FRANGELLA, Rita . Currículo da educação básica (1996-2002). Brasília: MEC/ INEP, 2007.

MELIA, Bartomeu. Educação indígena na escola. *Cadernos CEDES* , Campinas: UNICAMP, v. 19, n. 49, 1999, p. 11-17.

_____. *Educação indígena e alfabetização*. São Paulo: Loyola, 1979.

MONTE, Nietta Lindemberg. E agora, cara pálida? Educação e povos indígenas, 500 anos depois. *Revista Brasileira de Educação*, no. 15, 2000, p. 118-133.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. O campo do currículo no Brasil: construção no contexto da ANPED. In Cadernos de Pesquisa, n. 117, novembro/ 2002 *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, novembro, 2002, p. 81-101.

_____. O Campo do currículo no Brasil: os anos noventa. In: CANDAU, V. M. (org.). *Didática, currículo e saberes escolares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p.83-107.

NASCIMENTO, Adir Casaro . *Educação Escolar Indígena: Em busca de um conceito de educação diferenciada*. 2000. 255 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista – UNESP – Câmpus de Marília, Marília.

_____. Escola Indígena Guarani/Kaiowá no Mato Grosso do Sul: as conquistas e o discurso dos professores-índios. *Revista Tellus*, Campo Grande: UCDB, n. 5, 2003, p. 11-24.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Muita terra para pouco índio? Uma introdução (crítica) ao indigenismo e à atualização do preconceito. In: SILVA, A. L. & GRUPIONI, L. D. (Org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, p. 60-81.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. *Ensaio de Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.

PAES, Maria Helena Rodrigues. A questão da língua na escola indígena em aldeias Paresi de Tangará da Serra-MT. *Revista Brasileira Educação*, n. 21, 2002, p. 52-60.

PAULA, Eunice Dias de. A interculturalidade no cotidiano de uma escola indígena. *Cadernos CEDES, Campinas: UNICAMP*, v. 19, n. 49, 1999, p. 76-91.

SILVA, Aracy Lopes da. A educação indígena entre diálogos interculturais e multidisciplinares: introdução. In: SILVA, A. L., FERREIRA, M. K. L. F. (orgs.). *Antropologia, História e Educação: a questão indígena na escola*. São Paulo: Global, 2001, p. 9-25.

SILVA, Rosa Helena Dias da. Movimentos indígenas no Brasil e a questão educativa: relações de autonomia, escola e construção de cidadanias. *Revista Brasileira Educação*, n. 13, 2000, p. 95-112.

SILVA, A. L.; FERREIRA, M. K. L. F. (Orgs.). *Antropologia, História e Educação: a questão indígena na escola*. São Paulo: Global, 2001, p. 71- 111.

SILVA, A. L.; GRUPIONI, L. D. (Org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, p. 60-81.

VEIGA, Juracilda; SALANOVA, Andrés. *Questões de Educação Escolar Indígena: da formação do professor ao projeto de escola*. Brasília: FUNAI/DEDOC, Campinas/ALB 2001.